

resultados

**2T17**

RELAÇÕES COM  
INVESTIDORES



*isa*

CTEEP

## ISA CTEEP ANUNCIA OS RESULTADOS DO 2T17

**São Paulo, 01 de Agosto de 2017** – A ISA CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (B3: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do segundo trimestre 2017. As informações financeiras e operacionais dos períodos, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

### DESTAQUES 2T17

- **Leilão 05/2016 (ANEEL)** – A ISA CTEEP foi vencedora em 5 lotes no leilão de transmissão de 24 de abril. Investimento previsto base ANEEL, é de R\$ 2,2 bilhões e RAP de R\$ 262,7 milhões, ponderados pela participação da ISA CTEEP, que considera 50% do Lote 1 em parceria com TAESA.
- **Aquisição IENNE:** A ISA CTEEP em maio, exerceu seu direito de preferência para aquisição de totalidade da participação acionária da ISOLUX e CYMI, no montante de 245.463.000 ações ordinárias e R\$ 96,8 milhões. A efetiva aquisição está sujeita a aprovações do CADE e ANEEL.
- **RBSE:** Em 02 de junho, foi publicado o Despacho ANEEL nº 1.484/2017, homologando o valor líquido do RBSE em R\$ 4.094,4 milhões, base dezembro 2012. O impacto no ativo financeiro das intalações do RBSE foi de R\$ 432,6 milhões no trimestre. Também em junho, a ANEEL emitiu Despacho nº 1.779 e Nota Técnica nº 170, que em cumprimento à decisão judicial liminar, excluiu a parcela referente aos custo de capital (KE) dos valores não pagos entre janeiro/13 e junho/17 no cálculo da RAP 2017/2018. Os recebíveis referentes ao KE, no valor de R\$ 244 MM, foram transferidos para o longo prazo.
- **Distribuição de Proventos:** Pagamento de R\$ 135,0 milhões de dividendos intermediários aos acionistas, correspondentes a R\$ 0,819569 por ação de ambas as espécies.
- **Reajuste Anual da RAP:** Em 30 de junho, foi publicada a Resolução Homologatória nº2.258, estabelecendo as RAPs da ISA CTEEP e suas Subsidiárias para o Ciclo 2017/2018. A RAP Consolidada, passou de R\$ 1.035,3 milhões, para R\$ 2.678,9 milhões, em de julho de 2017, apresentando um incremento de R\$ 1.643,6 milhões, principalmente pela inclusão da RAP referente aos ativos do RBSE de R\$ 1.552,4 milhões.

Principais Indicadores (R\$ milhões)	IFRS			REGULATÓRIO	
	2T17 RBSE	2T17 ex-RBSE	2T16	2T17	2T16
Receita Líquida	895,8	306,3	286,1	263,3	245,1
EBITDA □	772,7	183,2	174,4	150,6	143,8
Margem EBITDA □	86,3%	59,8%	61,0%	57,2%	58,7%
Lucro Líquido	504,7	115,7	107,9	75,5	73,1
Margem Líquida	56,3%	37,8%	37,7%	28,7%	29,8%

**Rating: Fitch AAA(bra)**



## SUMÁRIO

A ISA CTEEP.....	4
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS .....	6
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório .....	13
Investimentos.....	20
Mercado de Capitais.....	22
Anexos.....	23
▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS.....	23
▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) .....	25
▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil).....	27
▪ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil).....	28
▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil).....	29
▪ Anexo VI – Subsidiárias .....	30
▪ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório .....	31
▪ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório.....	33
▪ Anexo X – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório.....	35
▪ Anexo XI – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% ISA CTEEP) .....	36



## A ISA CTEEP

A ISA CTEEP é uma das mais relevantes empresas de transmissão do setor elétrico brasileiro, transmitindo 24% de toda a energia elétrica produzida no País, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

Com suas atividades e de suas empresas controladas e coligadas, a empresa está presente em 17 estados do País: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

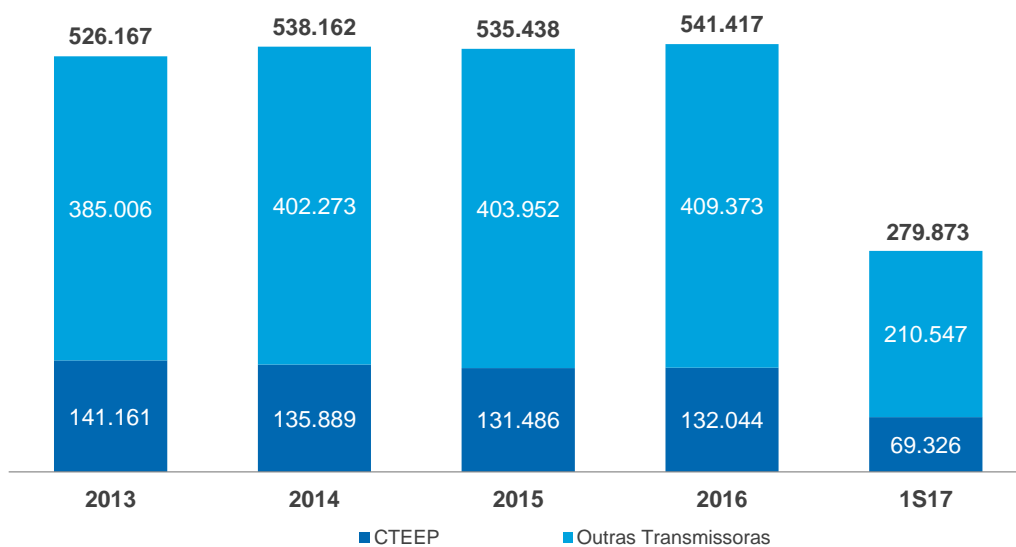
Considerada pela ANEEL empresa referência em eficiência operativa e indicadores de qualidade de serviço, a infraestrutura da ISA CTEEP e de suas subsidiárias tem capacidade instalada de 56.237 MVA de transformação, 18.633 quilômetros de linhas de transmissão, 25.785 quilômetros de circuitos, 2.347 quilômetros de cabos de fibra óptica próprios e 122 subestações com tensão de até 550 kV.

A companhia adota referenciais de mercado para nortear sua atuação em sustentabilidade, como o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis. Também é signatária, desde 2011, do Pacto Global das Nações Unidas, um compromisso formal assumido por organizações de todo o mundo para mobilizar ações em torno de dez princípios relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Também foi eleita, em 2016, uma das “Melhores Empresas para Trabalhar” pelo Great Place to Work (GPTW), instituto internacional que promove pesquisas organizacionais em 53 países.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da ISA CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2013 a 1S17.

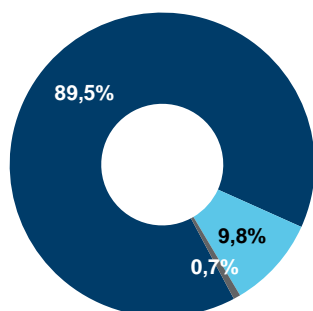
### GWh



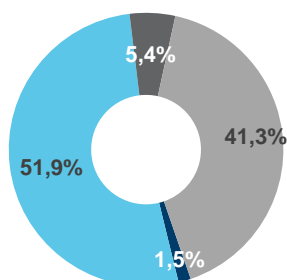
## Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilata de sistemas de infraestrutura lineares, a ISA CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais. Das ações preferenciais, estão em poder de investidores nacionais 75% e 25% por investidores estrangeiros.

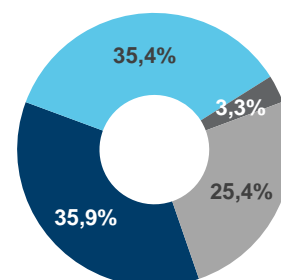
**Ações Ordinárias – TRPL3**  
64.484.433 Ações Ordinárias  
(39% do Capital Social do total)



**Ações Preferenciais – TRPL4**  
100.236.393 ações Preferenciais  
(61% do Capital Social total)



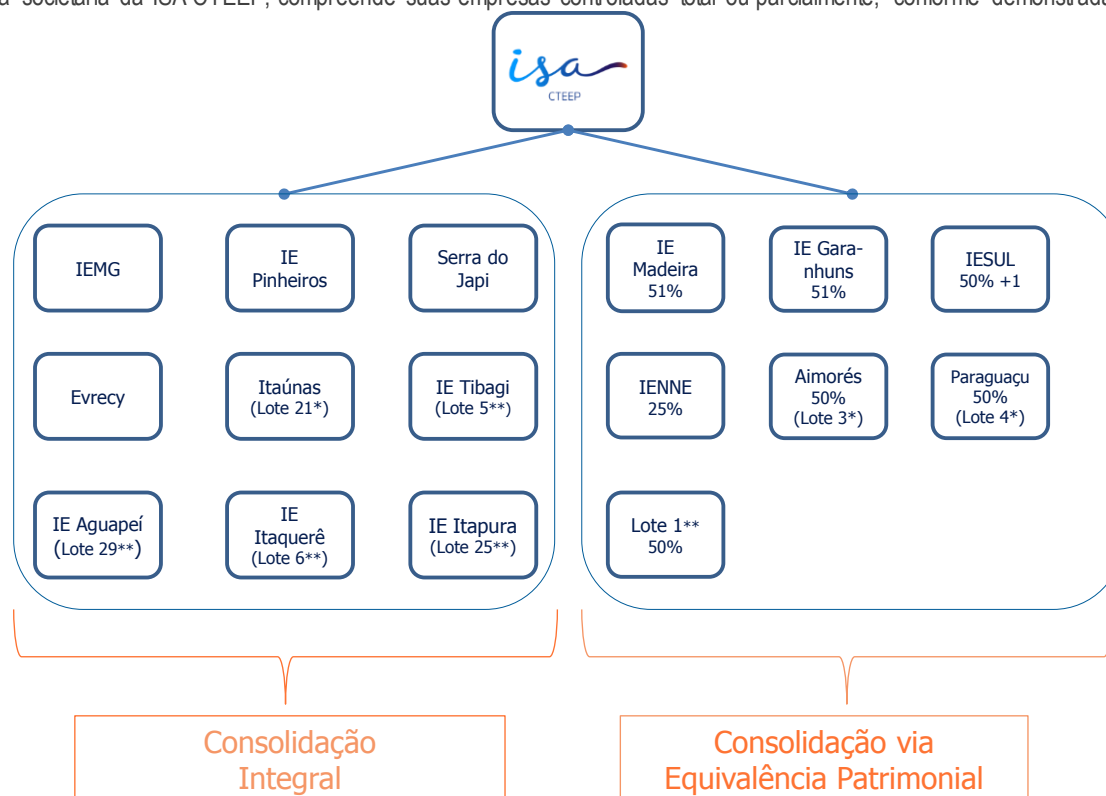
**Capital Social Total**  
164.720.826 Ações



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Vinci ■ Outros

## Estrutura Societária

A estrutura societária da ISA CTEEP, compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrada abaixo:



(\*) Leilão ANEEL 013/2015 – 28/10/2016

(\*\*) Leilão ANEEL 05/2016 – 24/04/2017

## Desempenho Operacional

### ■ Excelência Operacional

O sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

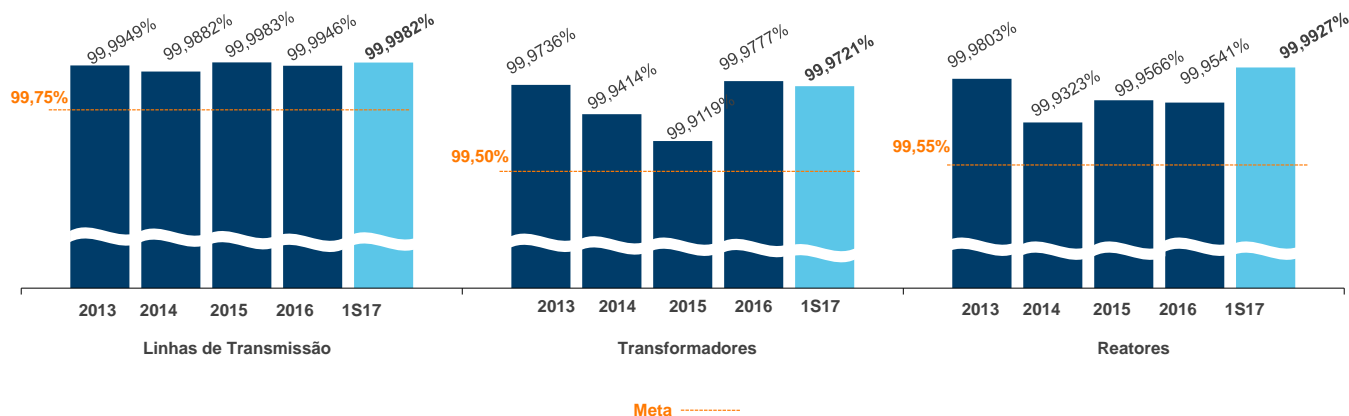
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL. A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida.

A ISA CTEEP é referência no setor quando se trata de desempenho e busca sempre a melhora de seus níveis de eficiência, acompanhando de forma minuciosa seus indicadores operacionais. Entre eles, destacam-se o Índice de Energia Não Suprida (IENS), obtido pela relação percentual entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela companhia. Em 2016, o IENS foi da ordem de  $6,54.10^{-6}$  sobre a carga atendida. Esse foi um dos melhores resultados apresentados pela empresa para esse indicador, comprovando a tendência de diminuição registrada nos últimos anos.

A organização também adota referenciais de nível mundial, como os indicadores do programa The International Transmission Operations & Maintenance Study (ITOMS). A ISA CTEEP é a única empresa brasileira a integrar esse programa, que mensura a performance de companhias de transmissão de diversos países, avaliando seu desempenho em relação ao nível de serviço e custo. No ITOMS, a companhia é referência em diferentes aspectos, entre eles o custo de manutenção de subestações.

Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da ISA CTEEP no período de 2013 a 1S17.

### Disponibilidade dos Ativos (30/06/2017)



## Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

### ▪ Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 1.003,8 milhões, aumento de 206,8% em relação ao 2T16, decorrente, substancialmente, do reconhecimento em junho de 2017, do valor complementar do laudo de avaliação do RBSE no montante corrigido de R\$ 432,6 milhões, conforme Despacho ANEEL nº 1.484/2017 e também, pelo impacto da remuneração do ativo de concessão do RBSE registrado no 2T17.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Infraestrutura	42,1	34,0	23,7%	115,8	54,2	113,7%	41,9	35,4	18,4%	119,0	59,7	99,2%
Operação e Manutenção	224,3	210,1	6,7%	452,1	418,2	8,1%	232,6	218,5	6,5%	469,6	437,7	7,3%
Remuneração Ativos de Concessão	699,1	41,7	1578,4%	954,8	78,4	1117,5%	723,1	67,4	972,4%	1.002,4	125,4	699,2%
Outras	7,1	7,0	2,3%	15,1	13,3	13,6%	6,2	5,8	6,4%	13,4	11,3	18,4%
<b>Total</b>	<b>972,6</b>	<b>292,8</b>	<b>232,2%</b>	<b>1.537,8</b>	<b>564,1</b>	<b>172,6%</b>	<b>1.003,8</b>	<b>327,2</b>	<b>206,8%</b>	<b>1.604,4</b>	<b>634,2</b>	<b>153,1%</b>

**Receita de Infraestrutura** - A receita de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 41,9 milhões no 2T17, aumento de 18,4% quando comparada aos R\$ 35,4 milhões registrada no 2T16, decorrente, principalmente, pela evolução de projetos de reforços de substituição de bancos de transformadores, na Controladora.

**Receita dos Serviços de Operação e Manutenção** - No 2T17, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 232,6 milhões, aumento de 6,5% quando comparados aos R\$ 218,5 milhões do 2T17.

Esse aumento é justificado, principalmente, pela (i) variação positiva de R\$ 16,4 milhões, referente ao IGPM/IPCA aplicados na parcela da receita de O&M, que corrigem a RAP do ciclo 2015/2016 para o ciclo de 2016/2017, dos contratos de concessão da Companhia, (ii) aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para consumidores livres de R\$ 1,6 milhões, compensado parcialmente, pela (iii) menor receita de antecipação da ONS - superávit de R\$ 2,7 milhões e (iv) pela variação negativa de R\$ 1,1 milhões da Parcela Variável (PV).

**Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão** - A receita de remuneração é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros estimados para a vida do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

A Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 723,1 milhões no 2T17, aumento de 972,4% comparada a ao 2T16 quando atingiu R\$ 67,4 milhões, refletindo, principalmente, o reconhecimento, conforme despacho ANEEL nº 1.484/17, do valor complementar do laudo do RBSE no montante de R\$ 432,6 milhões e pela atualização da parcela do ativo financeiro referente ao RBSE, registrado no 2T17, de R\$ 217,0 milhões.

**Outras Receitas** - Referem-se a aluguéis com empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. No 2T17, estas receitas totalizaram R\$ 6,2 milhões, aumento de 6,4 % comparada ao 2T16, quando registrou R\$ 5,8 milhões, principalmente pelo reajuste nos contratos de prestação de serviços de manutenção e análises técnicas.

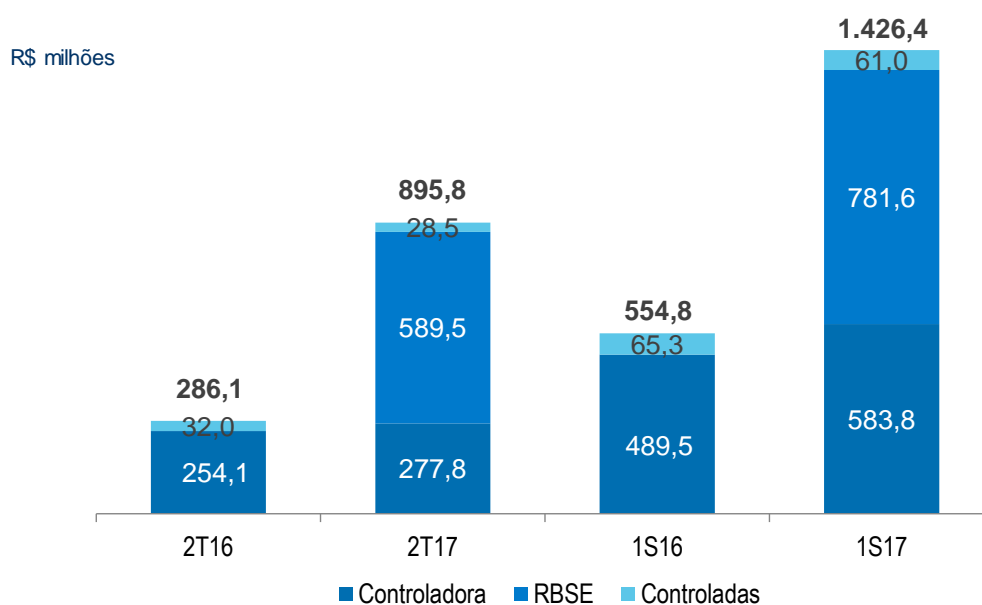


### ▪ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional consolidada atingiram R\$ 108,0 milhões no 2T17, frente aos R\$ 41,1 milhões no 2T16, devido, principalmente à constituição de provisão de PIS/COFINS diferidos no montante de R\$ 60,1 milhões pela remuneração do ativo de concessão do RBSE referente ao 2T17.

### ▪ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida no 2T17 atingiu R\$ 895,8 milhões aumento de 213,1% em relação ao 2T16 quando registrou R\$ 286,1 milhões, principalmente pela remuneração do ativo da concessão RBSE, que gerou impacto de R\$ 589,5 milhões na receita líquida do período.







## ■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M no 2T17, registraram R\$ 106,9 milhões, queda de 1,5% em relação aos R\$ 109,4 milhões do 2T16.

A variação dos custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 14,8% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,3% concedido em agosto de 2016 e custas de rescisão contratual, retroativo a junho de 2016; (ii) aumento de 13,7% em serviços de terceiros, principalmente, pelas despesas relacionadas aos estudos com leilões e programas de treinamentos.

As despesas de contingências, apresentaram reversão, com impacto no resultado de R\$ 14,4 milhões, principalmente devido a reversão de provisão em consequência de eventos judiciais favoráveis, basicamente em processos de cunho trabalhista, regulatório e cíveis, com redução dos valores envolvidos e revisão de prognósticos.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Pessoal	(69,3)	(60,0)	15,5%	(142,3)	(126,2)	12,8%	(71,9)	(62,6)	14,9%	(147,5)	(131,0)	12,6%
Materiais	(1,7)	(2,1)	(17,4%)	(3,3)	(2,8)	17,8%	(1,8)	(2,2)	(17,6%)	(3,4)	(3,1)	9,8%
Serviços	(28,1)	(24,5)	14,8%	(50,5)	(48,2)	4,8%	(29,5)	(25,9)	13,9%	(53,4)	(50,5)	5,7%
Depreciação	(2,2)	(2,0)	10,8%	(4,4)	(4,0)	10,9%	(2,4)	(2,2)	9,2%	(4,8)	(4,3)	11,9%
Contingências	13,9	(1,3)	(1171,6%)	11,7	(7,6)	(253,4%)	14,4	(1,3)	(1206,3%)	11,6	(7,5)	(254,4%)
Outros	(15,6)	(14,6)	7,0%	(30,7)	(29,9)	2,8%	(15,7)	(15,2)	3,1%	(31,8)	(30,5)	4,3%
<b>Total</b>	<b>(103,1)</b>	<b>(104,5)</b>	<b>-1,4%</b>	<b>(219,7)</b>	<b>(218,5)</b>	<b>-204,4%</b>	<b>(106,9)</b>	<b>(109,4)</b>	<b>-2,2%</b>	<b>(229,3)</b>	<b>(226,9)</b>	<b>1,1%</b>

Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 38,4 milhões no 2T17, aumento de 19,2% em relação ao 2T16 quando registrou R\$ 32,2 milhões. Esta variação acompanha o aumento na receita de infraestrutura, decorrente da realização de projetos de reforços e melhorias, principalmente na Controladora.

Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
<b>Total</b>	<b>(38,2)</b>	<b>(30,9)</b>	<b>23,7%</b>	<b>(105,1)</b>	<b>(49,2)</b>	<b>113,6%</b>	<b>(38,4)</b>	<b>(32,2)</b>	<b>19,2%</b>	<b>(108,1)</b>	<b>(54,5)</b>	<b>98,4%</b>

## Equivalência Patrimonial

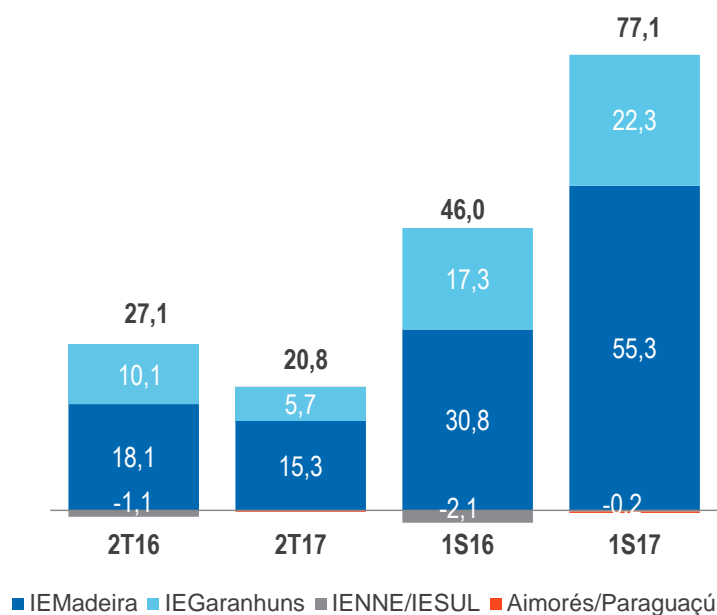
O resultado da equivalência patrimonial no 2T17 registrou receita de R\$ 21,1 milhões, a queda de 22,1% frente à receita de R\$ 27,1 milhões registrado no 2T16.

A variação no resultado da subsidiária IE Madeira decorre, principalmente: (i) da redução na receita líquida no valor de R\$ 6,3 milhões, principalmente pela contabilização da parcela de ajuste (PA) negativa, referente a devolução da RAP paga no período de realização dos testes dos Lotes D e F, em agosto/2013 e maio/2014, respectivamente, compensado pela correção da receita pelo IPCA; (ii) aumento nos custos/despesas gerais e administrativas no valor de R\$ 3,0 milhões; (iii) impacto positivo no resultado financeiro de R\$ 3,1 milhões com a redução nas despesas de juros sobre Debêntures, devido a liquidação parcial dos juros em março de 2016 e (iv) redução em despesas de IR/CSLL no montante de R\$ 3,6 milhões pela revisão da taxa efetiva do IR diferido pelo benefício fiscal da SUDAM.

A queda no resultado da subsidiária IEGaranhuns representa, principalmente, a redução de R\$ 6,9 milhões na receita de remuneração do ativo da concessão, devido a alteração da Taxa Efetiva de Juros (TEJ), no período de construção para o período de operação, além do aumento nos custos de O&M, principalmente em serviços de terceiros decorrente da fase operacional, compensado pela redução nas despesas de IR/CSLL pela revisão da alíquota da taxa efetiva de imposto de renda diferido decorrente do benefício fiscal da SUDENE, e pelo impacto positivo no resultado financeiro pela redução dos juros sobre empréstimos.

O valor apresentado nas subsidiárias Aimorés e Paraguá, refere-se as despesas administrativas referente a fase pré-operacional dos projetos.

(R\$ milhões)



## Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 26,4 milhões no 2T17, queda de 8,5% frente a despesa de R\$ 28,9 milhões registrada no 2T16. A variação reflete, principalmente, a redução nos juros e encargos sobre debêntures, pela liquidação parcial em dezembro de 2016 da 1ª emissão (2ª série) e da 3ª emissão (série única).

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	3,8	11,9	(68,3%)	6,7	21,5	(69,0%)	11,3	17,4	(34,8%)	21,6	32,3	(33,0%)
Variações monetárias líquidas	(8,5)	(9,6)	(10,8%)	(16,3)	(16,2)	0,8%	(8,6)	(9,6)	(10,4%)	(16,4)	(16,0)	2,6%
Juros e encargos sobre empréstimos	(25,9)	(31,4)	(17,6%)	(53,2)	(61,6)	(13,7%)	(29,5)	(35,6)	(17,3%)	(60,6)	(70,2)	(13,7%)
Outras	0,3	(1,0)	(132,5%)	(0,2)	(0,0)	497,4%	0,3	(1,1)	(128,2%)	0,3	(0,2)	(286,3%)
<b>Total</b>	<b>(30,3)</b>	<b>(30,1)</b>	<b>(0,5%)</b>	<b>(63,0)</b>	<b>(56,4)</b>	<b>(11,8%)</b>	<b>(26,4)</b>	<b>(28,9)</b>	<b>(8,5%)</b>	<b>(55,1)</b>	<b>(54,1)</b>	<b>1,9%</b>



### ■ Imposto de Renda e Contribuição Social

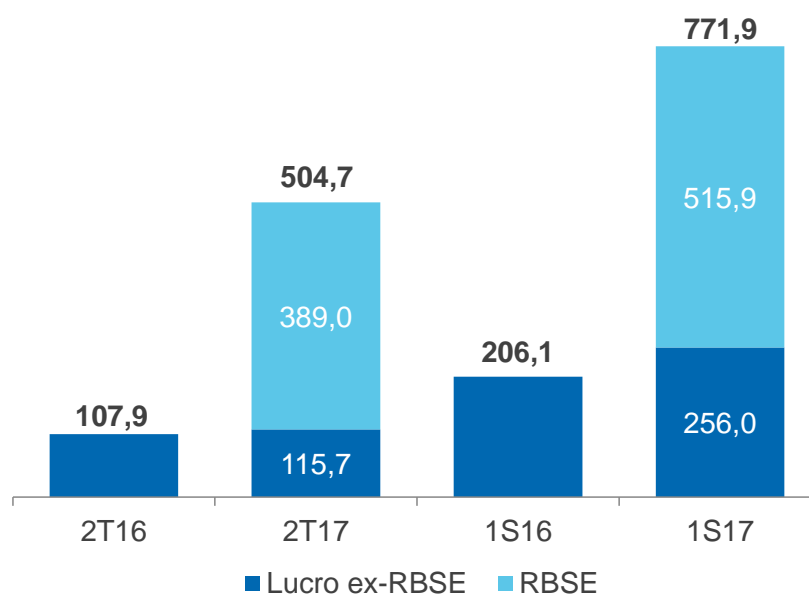
A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e as controladas são tributadas no regime de Lucro Presumido.

Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01), são reconhecidos por competência e oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento), de acordo com a legislação tributária.

O imposto de renda e contribuição social consolidado geraram despesa de R\$ 238,6 milhões no 2T17, 586,5% superior à despesa de R\$ 34,8 milhões do 2T16, refletindo, principalmente a constituição do IR/CSLL diferidos no montante de R\$ 200,4 milhões, pela atualização do ativo financeiro referente às instalações de RBSE. A alíquota efetiva no 2T17 foi de 32,1%, comparada com 24,4% no 2T16.

### ■ Lucro Líquido

O Lucro Líquido no 2T17 totalizou R\$ 504,7 milhões, decorrente do impacto de R\$ 389,0 milhões da remuneração do ativo de concessão do RBSE. Excluindo esse efeito, o lucro líquido seria de R\$ 115,7 milhões, aumento de 7,2% comparado ao 2T16.



### EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12 foi de R\$ 772,7 milhões no 2T17, aumento de R\$ 598,3 milhões em relação ao 2T16, principalmente pelo efeito da remuneração do ativo de concessão do RBSE. Excluindo esse efeito, o EBITDA do 2T17 foi de R\$ 183,2 milhões, aumento de R\$ 8,8 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 174,4 milhões do 2T16.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T17	2T16	1S17	1S16	2T17	2T16	1S17	1S16
Lucro (prejuízo) Líquido	498,8	104,2	760,1	198,7	504,7	107,9	771,9	206,1
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	237,0	33,1	333,9	56,6	238,6	34,8	337,0	60,1
Resultado financeiro líquido	30,3	30,0	63,0	56,3	26,4	28,9	55,7	54,1
Depreciações e amortizações	2,8	2,7	5,7	5,2	3,0	2,9	6,1	5,6
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>769,0</b>	<b>170,1</b>	<b>1.162,7</b>	<b>316,8</b>	<b>772,7</b>	<b>174,4</b>	<b>1.170,6</b>	<b>325,9</b>
<b>Margem EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>88,7%</b>	<b>66,7%</b>	<b>85,2%</b>	<b>64,5%</b>	<b>86,3%</b>	<b>60,8%</b>	<b>82,1%</b>	<b>58,6%</b>
RBSE	589,5	0,0	781,6	0,0	589,5	0,0	781,6	0,0
<b>EBITDA ex-RBSE</b>	<b>179,5</b>	<b>170,1</b>	<b>381,1</b>	<b>316,8</b>	<b>183,2</b>	<b>174,4</b>	<b>389,0</b>	<b>325,9</b>
<b>Margem EBITDA ex-RBSE</b>	<b>64,6%</b>	<b>66,7%</b>	<b>65,3%</b>	<b>64,5%</b>	<b>59,8%</b>	<b>60,8%</b>	<b>60,3%</b>	<b>58,6%</b>



## Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório<sup>1</sup>

Em dezembro de 2016, a Companhia reconheceu contabilmente os efeitos do RBSE no ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação, no montante de R\$ 3.323,0 milhões, que líquido de IR/CSLL diferido foi de R\$ 2.264,4 milhões, de acordo com as orientações do Despacho ANEEL nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016. Esse reconhecimento contábil considerou o valor homologado à época pela ANEEL, de R\$ 3.896,3 milhões, base 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de maio de 2017, a diretoria da ANEEL, por meio do Despacho nº 1.484 reconheceu como valor dos ativos do RBSE, o total de R\$4.094,4 milhões data base 31 de dezembro de 2012, o que gerou um complemento no registro contábil de R\$ 260,8 milhões, passando a reserva de reavaliação apresentar saldo bruto de R\$ 3.583,8 milhões e líquido de IR/CSLL diferido de R\$ 2.404,6 milhões.

A Companhia prevê que a contabilização do RBSE, trará efeito no resultado regulatório, a partir do início do faturamento da nova RAP, em julho de 2017.

### Receita Operacional Bruta – Regulatório

No 2T17, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 307,2 milhões, aumento de 9,1% em relação ao 2T16, quando registrou R\$ 281,7 milhões. Este aumento decorre, principalmente, (i) da correção monetária do IPCA referente ao ciclo da RAP de 2015/2016 para o ciclo 2016/2017, (ii) da entrada em operação de novos investimentos e (iii) do aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para consumidores livres.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	260,9	239,0	9,2%	524,2	470,5	11,4%	301,0	275,9	9,1%	605,3	542,8	11,5%
Outras	7,1	7,0	2,3%	15,1	13,3	13,6%	6,2	5,8	6,4%	13,4	11,3	18,4%
<b>Total</b>	<b>268,0</b>	<b>245,9</b>	<b>9,0%</b>	<b>539,3</b>	<b>483,8</b>	<b>11,5%</b>	<b>307,2</b>	<b>281,7</b>	<b>9,1%</b>	<b>618,7</b>	<b>554,1</b>	<b>11,7%</b>

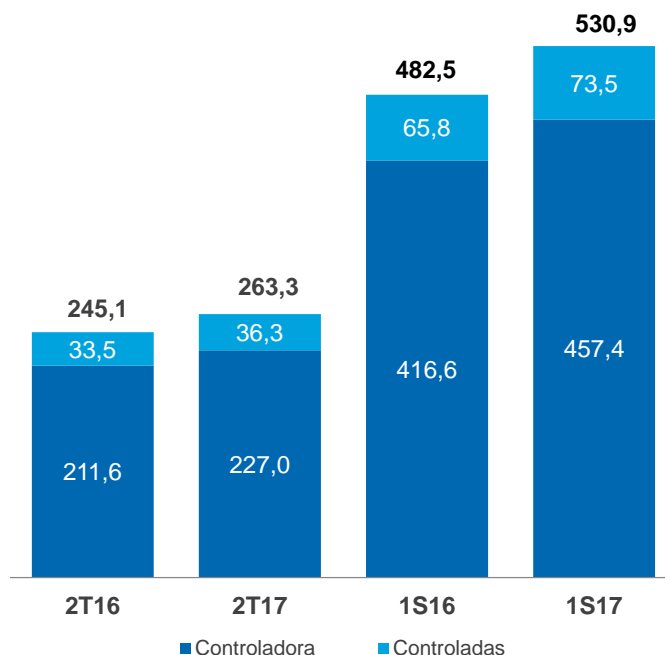
### Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 44,0 milhões no 2T17, aumento de 20,0% comparadas aos R\$ 36,6 milhões do 2T16, acompanhando o aumento na receita e também, o aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

<sup>1</sup> **Resultado Regulatório:** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da ISA CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são auditados somente ao final de cada exercício social pelos auditores independentes (os resultados regulatórios do 2T17 ainda não foram revisados pela auditoria). A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar para o entendimento do negócio da ISA CTEEP.

### ■ Receita Operacional Líquida – Regulatório

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 2T17 atingiu R\$ 263,3 milhões, aumento de 7,4% em relação ao 2T16 quando registrou R\$ 245,1 milhões.



### ■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M totais do 2T17, permaneceram em linha com o 2T16 atingindo R\$ 123,9 milhões.

A variação dos custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 14,7% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,3% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho de 2016 e custas de rescisão contratual; (ii) aumento 12,8% em serviços de terceiros principalmente pelas despesas relacionadas aos estudos com leilões e programas de treinamentos.

As despesas de contingências, apresentaram reversão, com impacto no resultado de R\$ 14,7 milhões, principalmente, (i) R\$ 5,4 milhões em trabalhistas, pelo maior volume de acordos; (ii) R\$ 9,3 milhões em cível, devido a reversão de provisão por eventos judiciais favoráveis, em processos regulatórios e cíveis, com redução dos valores envolvidos e revisão de prognóstico.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Pessoal	(69,4)	(60,2)	15,3%	(142,5)	(125,3)	13,7%	(72,0)	(62,7)	14,7%	(147,6)	(130,1)	13,4%
Materiais	(2,4)	(3,0)	-18,7%	(4,7)	(6,0)	-21,4%	(2,5)	(3,1)	-19,2%	(4,9)	(6,2)	-20,7%
Serviços	(28,3)	(24,7)	14,4%	(50,7)	(47,0)	8,1%	(29,4)	(26,1)	12,8%	(53,1)	(49,2)	8,0%
Depreciação	(11,3)	(8,1)	39,3%	(20,4)	(15,4)	32,6%	(18,4)	(14,7)	25,4%	(34,8)	(28,4)	22,2%
Contingências	13,9	(1,3)	-1152,7%	11,7	(7,6)	-255,1%	14,4	(1,3)	-1184,3%	11,6	(7,5)	-256,0%
Outros	(15,6)	(14,6)	6,9%	(30,8)	(29,9)	3,0%	(16,0)	(15,3)	5,2%	(31,9)	(31,1)	2,5%
<b>Total</b>	<b>(113,0)</b>	<b>(111,9)</b>	<b>1,0%</b>	<b>(237,4)</b>	<b>(231,1)</b>	<b>2,8%</b>	<b>(123,9)</b>	<b>(123,2)</b>	<b>0,6%</b>	<b>(260,6)</b>	<b>(252,5)</b>	<b>3,2%</b>

■ **Equivalência Patrimonial – Regulatório**

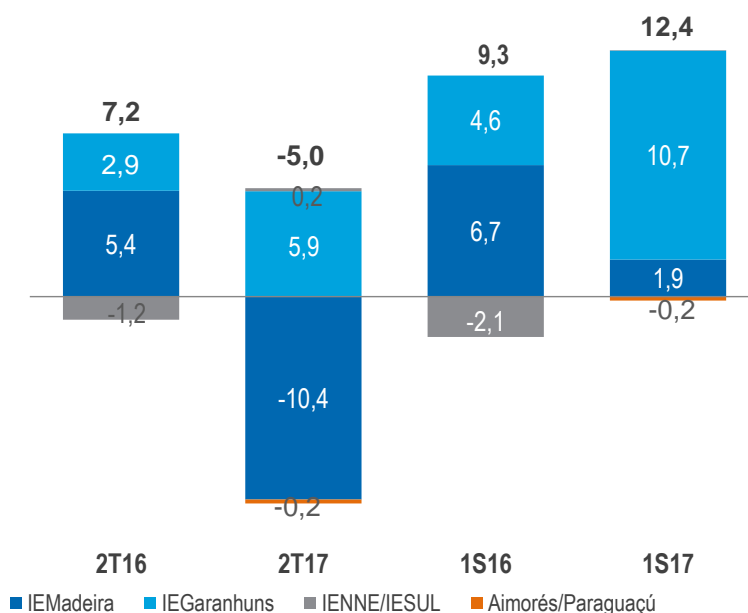
O resultado da equivalência patrimonial no 2T17 registrou despesa de R\$ 5,0 milhões, queda em relação ao 2T16, quando reportou receita de R\$ 7,2 milhões. A variação reflete, principalmente, o prejuízo no resultado da subsidiária IE Madeira de R\$ 10,4 milhões decorrente da redução na receita líquida pela contabilização de R\$ 44,1 milhões da parcela de ajuste (PA) negativa, referente a devolução da RAP paga no período de realização dos testes dos Lotes D e F, em agosto/2013 e maio/2014, respectivamente.

Em decorrência de medida liminar judicial, obtida pela IE Madeira, a devolução da RAP havia sido suspensa até o julgamento do Processo Administrativo na ANEEL, ocorrido no segundo trimestre de 2017. Com o resultado desfavorável, o IE Madeira contabilizou o referido desconto no faturamento do segundo trimestre, com efeito no Caixa em Junho/2017. A IE Madeira ingressou, em Julho/2017, com Ação Anulatória na Justiça Federal, em Brasília, com o objetivo de reaver o desconto efetuado pela ANEEL.

A subsidiária IEGaranhuns apresentou aumento R\$ 3,0 milhões decorrente, principalmente, do aumento na receita líquida pela correção do IPCA e impacto positivo no resultado financeiro, devido a redução nos juros sobre empréstimos.

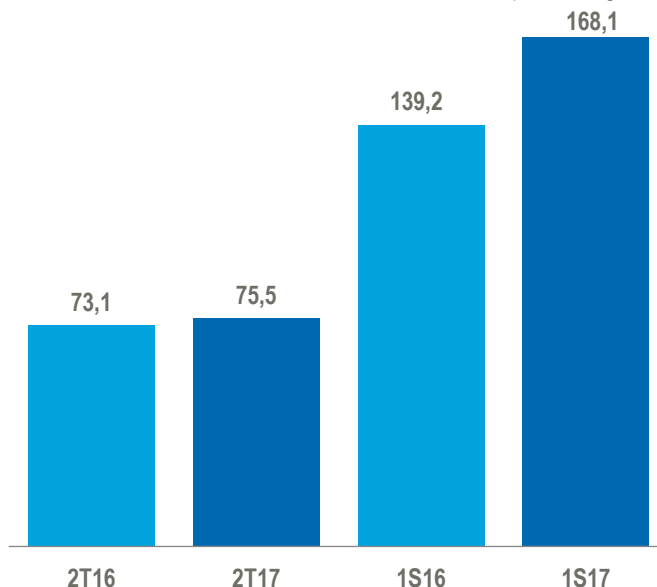
O valor apresentado nas subsidiárias Aimorés e Paraguaçu, refere-se as despesas administrativas referente a fase pré-operacional dos projetos.

(R\$ milhões)



■ **Lucro Líquido – Regulatório**

O lucro líquido no 2T17 atingiu R\$ 75,5 milhões, aumento de 3% em relação ao 2T16 quando registrou R\$ 73,1 milhões.



■ **EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório**

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 150,6 milhões no 2T17, aumento de R\$ 6,8 milhões comparado ao Ebitda registrado no 2T16 de R\$ 143,8 milhões. A margem EBITDA no 2T17 alcançou 57,2% no trimestre.

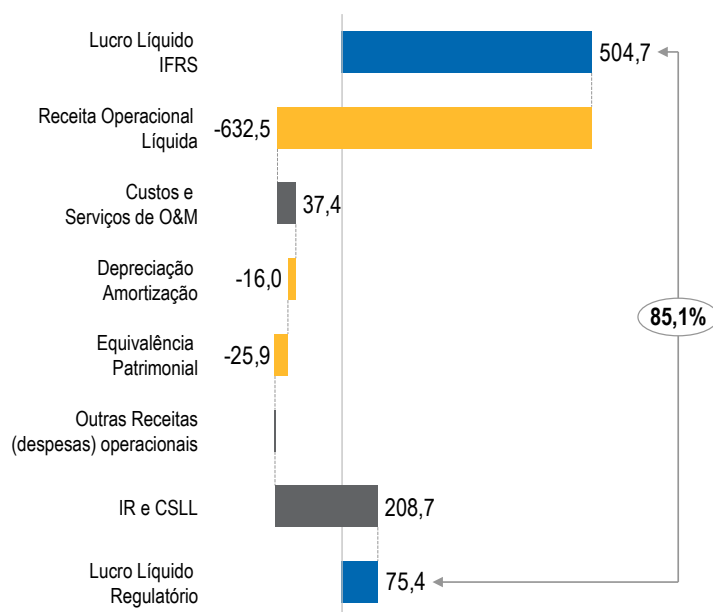
EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T17	2T16	1S17	1S16	2T17	2T16	1S17	1S16
Lucro (prejuízo) Líquido	69,6	69,5	156,4	131,8	75,5	73,1	168,1	139,2
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	28,1	24,8	52,9	41,8	29,9	26,5	56,4	45,3
Resultado financeiro líquido	30,1	30,0	62,8	56,3	26,3	28,9	55,5	54,1
Depreciações e amortizações	11,9	8,7	21,6	8,7	19,0	15,3	36,0	29,6
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>139,7</b>	<b>133,0</b>	<b>293,8</b>	<b>238,5</b>	<b>150,6</b>	<b>143,8</b>	<b>316,0</b>	<b>268,2</b>
<b>Margem EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>61,5%</b>	<b>62,9%</b>	<b>64,2%</b>	<b>57,3%</b>	<b>57,2%</b>	<b>58,7%</b>	<b>59,5%</b>	<b>55,6%</b>



### Comparativo Lucro Líquido IFRS vs Regulatório

No IFRS os investimentos são registrados como um ativo financeiro a ser liquidado ao longo da concessão, gerando receita e custo de construção. Este ativo financeiro quando atualizado, gera a receita de remuneração da infraestrutura. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil e a receita (RAP) é reconhecida conforme seu faturamento, no prazo da concessão.

As principais variações entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório no 2T17 estão apresentadas abaixo:



**Receita Operacional Líquida:** Reconhecimento de Receita de Infraestrutura de R\$ 41,9 milhões e da Receita dos Ativos da Concessão de R\$ 723,0 milhões, principalmente pela remuneração do RBSE, combinado com a reclassificação da Receita de O&M de R\$ 68,3 milhões e PIS e CONFINS Diferido de R\$ 64,1 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 632,5 milhões.

**Custos de Infraestrutura e O&M:** Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura e de O&M totalizando o ajuste de R\$ 37,4 milhões.

**Depreciação e Amortização:** Reversão dos Ativos Financeiros da Concessão em R\$ 16,0 milhões.

**Equivalência Patrimonial:** Ajustes nas controladas pela adoção do IFRIC 12 que impactam, principalmente, a contabilização das receitas de Infraestrutura e dos Ativos da Concessão.

**IR & CSLL:** a partir de 2015 a base de tributação do IR/CSLL é o IFRS com reconhecimento de imposto diferido sobre os resultados de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão reconhecidos por competência e oferecidos a tributação pelo efetivo recebimento.

## Estrutura de Capital

### ■ Endividamento\*

A dívida bruta consolidada em 30 de junho de 2017 somou R\$ 1.288,8 milhões, aumento de 27,6% em relação ao final de 2016 quando registrou R\$ 1.010,4 milhões, refletindo, principalmente, a emissão de Debêntures de Infraestrutura de R\$ 300,0 milhões, em março de 2017.

As disponibilidades da ISA CTEEP consolidada somavam R\$ 259,9 milhões em 30 de junho de 2017, queda de 23,7% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2016 quando atingiu R\$ 340,6 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 1.028,9 milhões, apresentando aumento de 53,6% em relação à dívida líquida ao final de 2016.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2T17	2016	Δ%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.288,8</b>	<b>1.010,4</b>	<b>27,6%</b>
Curto Prazo	271,2	264,0	2,7%
Longo Prazo	1.017,6	746,4	36,3%
Disponibilidades CTEEP e Controladas	74,8	161,9	-53,8%
<b>Dívida Líquida CTEEP e Controladas</b>	<b>1.214,0</b>	<b>848,4</b>	<b>43,1%</b>
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	185,1	178,7	3,6%
<b>Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>1.028,9</b>	<b>669,8</b>	<b>53,6%</b>

(\*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a ISA CTEEP está submetida são estabelecidos conforme abaixo:

Os **Contratos de financiamento com BNDES (válidos para o ano de 2017)** devem cumprir os indicadores financeiros máximos de: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES  $\leq 3,5$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ , apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **1ª emissão de Debêntures** deve cumprir os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado  $\leq 3,5$  e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro  $\geq 3,0$ , apurado trimestralmente.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES.

A **4ª emissão de Debêntures** deve cumprir os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017 2,00 (dois).

A **5ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento dos indicadores estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, 2,00 (dois).

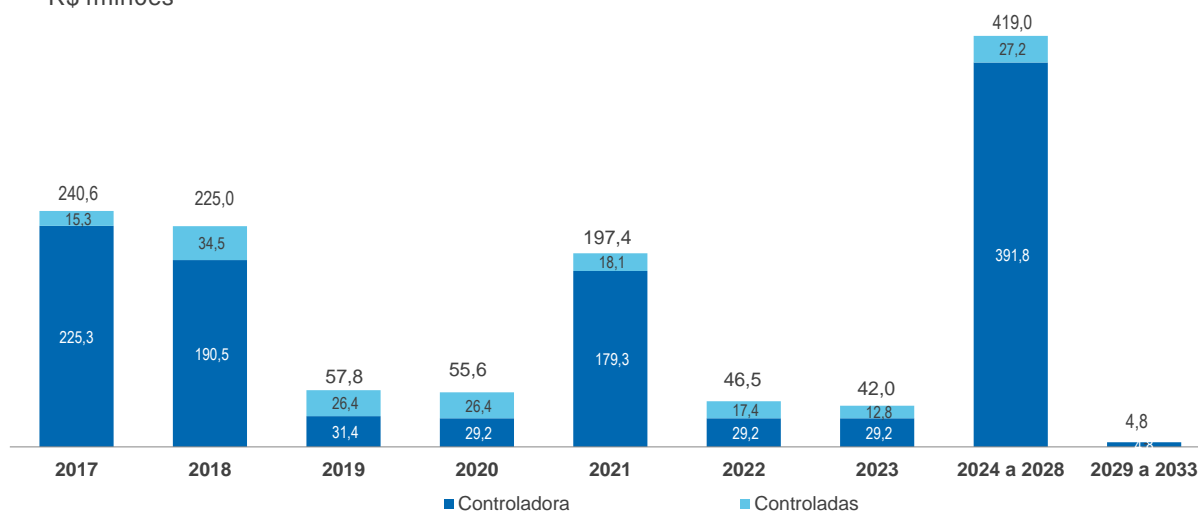
Os *covenants* e as exigências estabelecidas em todas as emissões de Debêntures, estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia

O **custo médio** da dívida consolidada passou de 11,4% a.a. em 31 de dezembro de 2016 para 7,7% em 30 de junho de 2017. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 3,0% e o CDI anualizado de junho de 2017, foi de 10,14%. O **prazo médio** da dívida consolidada em 30 de junho de 2017 era de 4,4 anos, maior que o prazo de 3,9 anos ao final de 2016.

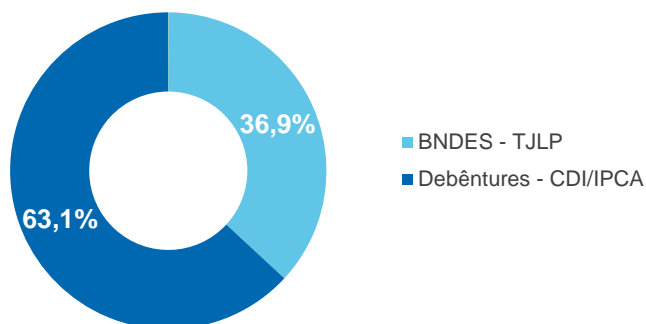


Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado (Controladora e Controladas), a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores. Para os anos de 2018, 2019 e 2020, o indicador Dívida Líquida/EBITDA é de 3,0.

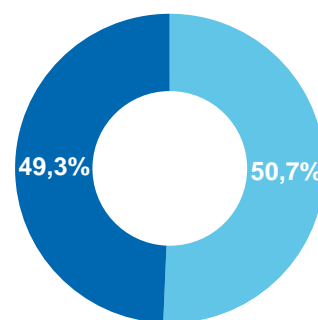
R\$ milhões



**Contratação da Dívida e Indexação  
2T17**



**Contratação da Dívida e Indexação  
2016**



(\*) A abertura completa do endividamento da ISA CTEEP de suas controladas e econtroladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

## Investimentos

No primeiro semestre, a ISA CTEEP, suas controladas e coligadas, investiram um total de R\$ 132,5 milhões sendo (i) R\$ 85,5 milhões em novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento; (ii) R\$ 36,8 milhões de investimentos via subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R\$ 10,2 milhões em capitalização de pessoal, projetos corporativos e de telecomunicação.

Do portfólio total de projetos, foram energizados 51 durante o primeiro semestre de 2017. Dos projetos energizados no período, 49 estão relacionados aos ativos de subestações (SE) onde foram realizadas ampliação de capacidade, adequação, recapitação e substituição de sistemas de proteção nas SE's. Nas linhas de transmissão (LT), foram energizados, um projeto de adequação e recapitação e um projeto de construção.

### ■ Novas SPE's – Status

	IE Itaúnas	IE Paraguaçu	IE Aimorés
% ISA CTEEP	100%	50%	50%
Localidade	Espirito Santo	Bahia e Minas Gerais	Minas Gerais
Investimento ANEEL (R\$ MM)	267,8	511,0	350,0
RAP (R\$ MM)	47,2	106,6	71,4
Prazo de construção	60 meses, a contar da assinatura do contrato em 10/02/17		
Licenciamento Ambiental	Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental em maio de 2017. Protocolado a Ficha de Caracterização de Atividade no IPHAN-ES em junho de 2017. Em fase de elaboração do EIA/RIMA	Termo de Referência emitido pela Fundação Palmares e órgão ambiental IBAMA em junho de 2017. Em julho foi recebida Autorização pelo IBAMA para levantamento topográfico e estudos ambientais. Em fase de elaboração do EIA/RIMA	
Projeto Básico	Protocolado na ANEEL em junho de 2017		
Projeto Executivo	O projeto das linhas de transmissão está em elaboração. O projeto das subestações está no processo de levantamento topográfico e sondagem das áreas	Traçado definitivo em análise	
REIDI	Portaria do MME nº 182/2017 emitida em 30 de junho de 2017. Protocolada a documentação na RFB em 19 de junho de 2017		
Contratação	100%	50%	50%
<b>Leilão 05/2016 de 24 de Abril de 2017</b>			
Contratação	Previsão de assinatura dos contratos de concessão em 11/08/2017		
	Finalização do processo de contratação de fornecedores com avanço superior a 90%		

## Evento Subsequente

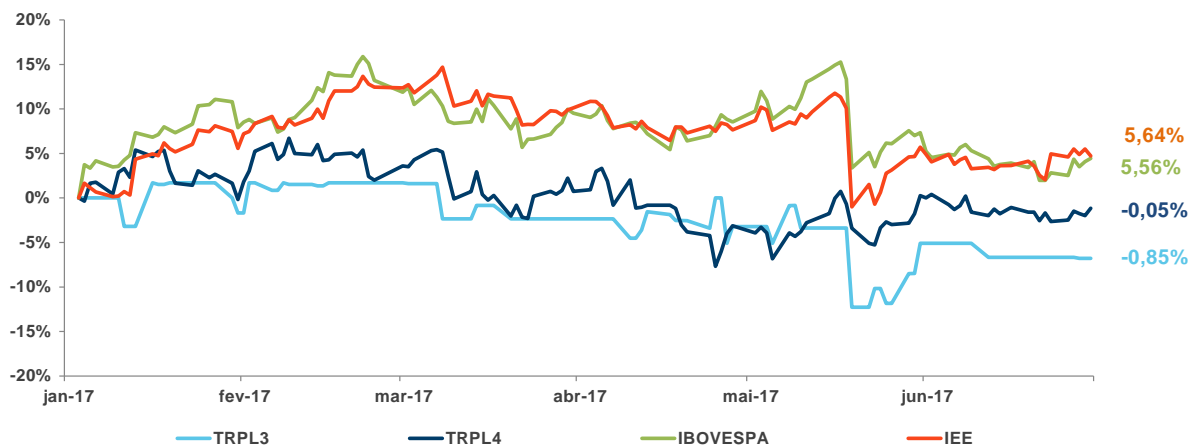
### ■ Empréstimos e Financiamentos

Em 13 de julho de 2017, a ISA CTEEP assinou o contrato de crédito internacional com o Bank of Tokyo–Mitsubishi UFJ LTD, nos termos da Lei nº 4131/1962, no valor de USD 50.000 com a remuneração de Libor trimestral + 0,28 % a.a., sendo que o desembolso integral aconteceu no dia 17 de julho de 2017. Adicionalmente, houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco de Tokyo Mitsubishi UFJ Brasil S/A com o Notional de R\$ 160.500 com fator de correção de 101,4% do CDI. O pagamento de juros e o ajuste do Swap ocorrerão trimestralmente sendo a primeira apuração e pagamento em 17 de outubro de 2017 e o último em 17 de julho de 2018. O principal será amortizado em parcela única em 17 de julho de 2018. Ao longo de sua vigência, a Companhia prevê que manterá os covenants dentro dos níveis contratados.



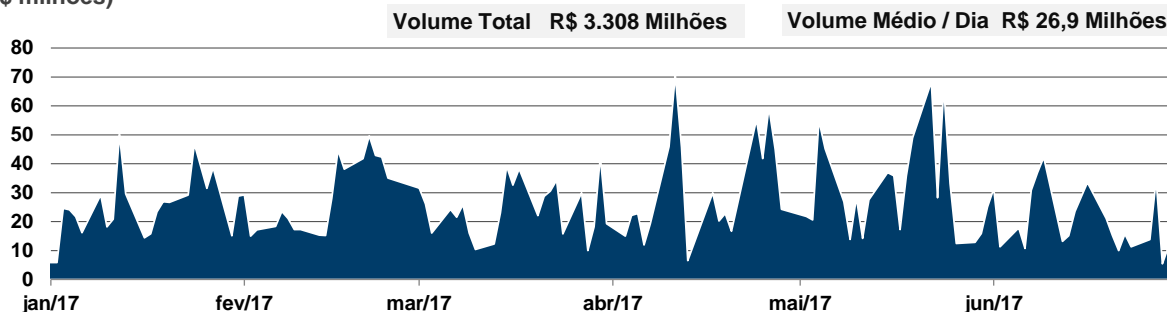
## Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o segundo trimestre de 2017 cotadas a R\$64,50 e R\$ 58,50, o que representa uma variação de -0,05% e 0,85%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2016. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 5,56% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 5,64%.



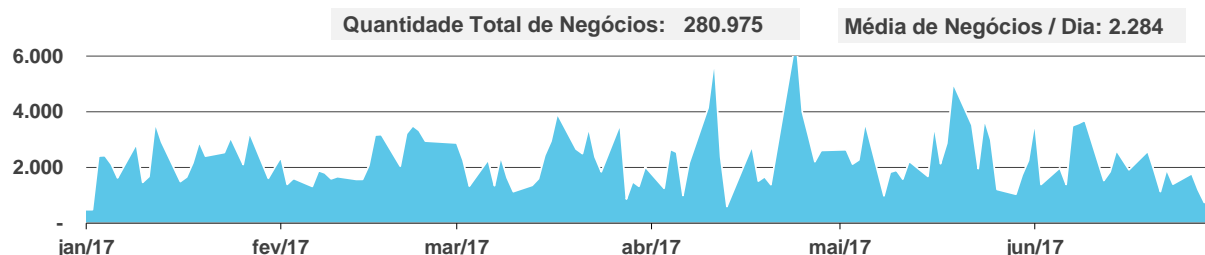
No segundo trimestre de 2017 as ações preferenciais da ISA CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 26,9 milhões.

### Volume Financeiro Negociado até 30/06/2017 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 2.284 negócios, as ações preferenciais da ISA CTEEP atingiram 281 mil negócios no 2T17.

### Quantidade de Negócios até 30/06/2017 (unidades)



**Anexos**

 ■ **Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS**

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.183	1.609	5.005	4.524
Aplicações Financeiras	32.618	124.479	254.925	336.138
Contas a Receber	1.800.159	1.091.764	1.932.619	1.221.016
Estoques	36.722	35.796	38.649	37.723
Tributos Correntes	48.350	8.248	48.655	8.563
Despesas Antecipadas	24.988	10.104	25.119	10.303
Outros	68.855	60.054	58.137	62.077
	<b>2.013.875</b>	<b>1.332.054</b>	<b>2.363.109</b>	<b>1.680.344</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Contas a Receber	9.542.452	9.222.081	10.534.489	10.225.808
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.257.497	1.150.358	1.257.497	1.150.358
Cauções e Depósitos Vinculados	70.401	70.166	70.411	70.175
Estoques	22.053	25.438	27.753	32.512
Outros	1.534	1.570	13.849	13.572
	<b>10.893.937</b>	<b>10.469.613</b>	<b>11.903.999</b>	<b>11.492.425</b>
Investimentos	2.832.215	2.757.784	1.906.504	1.826.930
Imobilizado	23.861	25.424	23.945	25.457
Intangível	15.692	18.219	37.696	41.843
	<b>2.871.768</b>	<b>2.801.428</b>	<b>1.968.145</b>	<b>1.894.231</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>15.779.580</b>	<b>14.603.095</b>	<b>16.235.252</b>	<b>15.067.000</b>

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/17	31/12/16	30/06/17	31/12/16
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	32.495	32.872	71.040	71.679
Debêntures	200.158	192.368	200.158	192.368
Fornecedores	28.993	39.279	30.467	41.482
Tributos e Encargos sociais a recolher	66.860	28.373	68.534	30.053
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	18.132	17.540	18.132	17.540
Encargos Regulatórios a recolher	25.056	12.598	25.201	12.751
Juros sobre o Capital Próprio / Divider	2.705	139.946	2.705	139.946
Provisões	38.228	32.562	39.407	33.610
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.734	5.495	5.734	5.495
Outros	31.681	49.715	34.749	53.047
	<b>450.042</b>	<b>550.748</b>	<b>496.127</b>	<b>597.971</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	265.100	279.689	404.693	432.472
Debêntures	612.927	313.931	612.927	313.931
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	114.838	119.857	114.838	119.857
PIS e COFINS diferidos	1.533.244	945.480	1.576.827	989.445
Imposto de renda e contribuição social	1.861.450	2.068.537	1.899.193	2.106.603
Encargos Regulatórios a recolher	33.051	29.374	36.591	32.509
Provisões	140.533	153.035	140.549	153.035
Obrigações Especiais - Reversão/Amor	24.279	24.053	24.279	24.053
Total exigível a longo prazo	<b>4.585.422</b>	<b>3.933.956</b>	<b>4.809.897</b>	<b>4.171.905</b>
Participação de Acionista não Control	0	0	185.112	178.733
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	2.372.437	2.372.437	2.372.437	2.372.437
Reservas de Capital	1.217.583	1.217.583	1.217.583	1.217.583
Reservas de Lucros	6.527.704	6.527.704	6.527.704	6.527.704
Lucros/Prejuízos Acumulados	625.726	0	625.726	0
Adiantamento para futuro aumento de	666	666	666	666
	<b>10.744.116</b>	<b>10.118.390</b>	<b>10.744.116</b>	<b>10.118.390</b>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	<b>15.779.580</b>	<b>14.603.094</b>	<b>16.235.252</b>	<b>15.066.999</b>



## ■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>972.626</b>	<b>292.765</b>	<b>232,2%</b>	<b>1.537.789</b>	<b>564.113</b>	<b>172,6%</b>
Infraestrutura	42.101	34.033	23,7%	115.831	54.190	113,7%
O&M	224.305	210.123	6,7%	452.099	418.203	8,1%
Ativos de concessão	699.105	41.652	1578,4%	954.750	78.418	1117,5%
Outras	7.115	6.957	2,3%	15.109	13.302	13,6%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(105.306)</b>	<b>(38.663)</b>	<b>172,4%</b>	<b>(172.438)</b>	<b>(74.599)</b>	<b>131,2%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>867.320</b>	<b>254.102</b>	<b>241,3%</b>	<b>1.365.351</b>	<b>489.514</b>	<b>178,9%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(141.289)</b>	<b>(134.727)</b>	<b>4,9%</b>	<b>(324.750)</b>	<b>(266.255)</b>	<b>22,0%</b>
Pessoal	(72.473)	(63.761)	13,7%	(150.573)	(134.687)	11,8%
Material	(29.635)	(23.636)	25,4%	(87.761)	(31.049)	182,7%
Serviços	(35.270)	(30.058)	17,3%	(62.911)	(60.546)	3,9%
Outros	(3.911)	(17.272)	(77,4%)	(23.506)	(39.973)	(41,2%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>726.031</b>	<b>119.375</b>	<b>508,2%</b>	<b>1.040.601</b>	<b>223.259</b>	<b>366,1%</b>
Equivalência Patrimonial	41.726	48.736	(14,4%)	117.829	89.142	32,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.595)	(752)	112,1%	(1.424)	(878)	62,2%
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>766.162</b>	<b>167.359</b>	<b>357,8%</b>	<b>1.157.006</b>	<b>311.523</b>	<b>271,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(30.290)</b>	<b>(30.035)</b>	<b>0,8%</b>	<b>(63.002)</b>	<b>(56.254)</b>	<b>12,0%</b>
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	3.780	11.920	(68,3%)	6.683	21.540	(69,0%)
Resultado de Variação monetária líquida	(8.526)	(9.553)	(10,8%)	(16.286)	(16.161)	0,8%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(25.874)	(31.388)	(17,6%)	(53.172)	(61.595)	(13,7%)
Outras	330	(1.014)	(132,5%)	(227)	(38)	497,4%
<b>Lucro operacional</b>	<b>735.872</b>	<b>137.324</b>	<b>435,9%</b>	<b>1.094.004</b>	<b>255.269</b>	<b>328,6%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(237.041)</b>	<b>(33.084)</b>	<b>616,5%</b>	<b>(333.862)</b>	<b>(56.618)</b>	<b>489,7%</b>
Corrente	(24.751)	(27.256)	(9,2%)	(43.770)	(44.552)	(1,8%)
Diferido	(212.290)	(5.828)	3542,6%	(290.092)	(12.066)	2304,2%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>498.831</b>	<b>104.240</b>	<b>378,5%</b>	<b>760.142</b>	<b>198.651</b>	<b>282,7%</b>
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>498.831</b>	<b>104.240</b>	<b>378,5%</b>	<b>760.142</b>	<b>198.651</b>	<b>282,7%</b>

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>1.003.822</b>	<b>327.187</b>	<b>206,8%</b>	<b>1.604.419</b>	<b>634.171</b>	<b>153,0%</b>
Infraestrutura	41.891	35.390	18,4%	118.989	59.724	99,2%
O&M	232.638	218.525	6,5%	469.628	437.682	7,3%
Ativos de concessão	723.071	67.424	972,4%	1.002.366	125.417	699,2%
Outras	6.222	5.848	6,4%	13.436	11.348	18,4%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(108.025)</b>	<b>(41.057)</b>	<b>163,1%</b>	<b>(178.031)</b>	<b>(79.373)</b>	<b>124,3%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>895.797</b>	<b>286.130</b>	<b>213,1%</b>	<b>1.426.388</b>	<b>554.798</b>	<b>157,1%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(145.327)</b>	<b>(140.891)</b>	<b>3,1%</b>	<b>(337.480)</b>	<b>(279.708)</b>	<b>20,7%</b>
Pessoal	(75.317)	(66.567)	13,1%	(156.139)	(139.773)	11,7%
Material	(29.305)	(23.997)	22,1%	(90.161)	(31.687)	184,5%
Serviços	(36.651)	(32.021)	14,5%	(65.783)	(65.264)	0,8%
Outros	(4.053)	(18.306)	(77,9%)	(25.397)	(42.984)	(40,9%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>750.470</b>	<b>145.239</b>	<b>416,7%</b>	<b>1.088.908</b>	<b>275.090</b>	<b>295,8%</b>
Equivalência Patrimonial	20.829	27.024	(22,9%)	77.136	46.045	67,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.595)	(752)	112,1%	(1.481)	(878)	68,7%
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>769.704</b>	<b>171.511</b>	<b>348,8%</b>	<b>1.164.563</b>	<b>320.257</b>	<b>263,6%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26.436)</b>	<b>(28.898)</b>	<b>(8,5%)</b>	<b>(55.705)</b>	<b>(54.055)</b>	<b>3,1%</b>
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	11.325	17.378	(34,8%)	21.635	32.298	(33,0%)
Resultado de Variação monetária líquida	(8.585)	(9.580)	(10,4%)	(16.401)	(15.979)	2,6%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(29.474)	(35.638)	(17,3%)	(60.621)	(70.214)	(13,7%)
Outras	298	(1.058)	(128,2%)	(318)	(160)	98,8%
<b>Lucro operacional</b>	<b>743.268</b>	<b>142.613</b>	<b>421,2%</b>	<b>1.108.858</b>	<b>266.202</b>	<b>316,5%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(238.568)</b>	<b>(34.753)</b>	<b>586,5%</b>	<b>(337.000)</b>	<b>(60.103)</b>	<b>460,7%</b>
Corrente	(26.485)	(28.941)	(8,5%)	(47.232)	(47.996)	(1,6%)
Diferido	(212.083)	(5.812)	3549,1%	(289.768)	(12.107)	2293,4%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>504.700</b>	<b>107.860</b>	<b>367,9%</b>	<b>771.858</b>	<b>206.099</b>	<b>274,5%</b>
Participação do Acionista não Controlador	(5.868)	(3.620)	62,1%	(11.716)	(7.448)	57,3%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>498.832</b>	<b>104.240</b>	<b>378,5%</b>	<b>760.142</b>	<b>198.651</b>	<b>282,7%</b>

▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1S17	1S16	1S17	1S16
Caixa Líquido Atividades Operacionais	11.064	77.102	81.397	116.032
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>1.063.969</b>	<b>208.577</b>	<b>1.123.607</b>	<b>260.563</b>
Lucro Líquido	760.142	198.651	771.858	206.099
PIS e COFINS diferidos	90.585	5.982	90.203	6.031
Depreciação e Amortização	4.437	3.969	4.811	4.344
IR e CPLL diferidos	290.092	12.066	289.768	12.107
Demandas Judiciais	(22.660)	(6.054)	(22.656)	(6.346)
Custo residual do ativo imobilizado	24	4.702	24	4.719
Benefício fiscal - ágio incorporado	19	18	19	18
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	1.245	1.245	1.245	1.245
Realização perda em controlada em conjunto	(1.110)	(1.147)	(1.110)	(1.147)
Resultado de equivalência patrimonial	(117.829)	(89.142)	(77.136)	(46.045)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	59.024	78.287	66.581	79.537
<b>Variações nos Ativos</b>	<b>-1.076.168</b>	<b>-82.191</b>	<b>-1.064.897</b>	<b>-88.810</b>
Contas a receber	(1.028.766)	(39.825)	(1.019.174)	(44.491)
Estoques	2.459	3.815	3.833	2.063
Tributos e contribuições a compensar	(40.017)	(38.980)	(40.007)	(38.413)
Cauções e depósitos vinculados	1.622	14	1.621	30
Outros	(11.466)	(7.215)	(11.170)	(7.999)
<b>Variações nos Passivos</b>	<b>23.263</b>	<b>23.945</b>	<b>22.687</b>	<b>17.508</b>
Fornecedores	(10.286)	(3.553)	(11.013)	(5.373)
Tributos e encargos sociais a recolher	38.492	39.406	38.486	39.741
Impostos Parcelados - Lei n° 11.941	(8.950)	(8.294)	(8.950)	(8.294)
Encargos Regulatórios a recolher	16.134	(5.276)	16.425	(5.255)
Provisões	5.666	3.979	5.797	4.135
valores a pagar FUNCESP	239	(1.030)	239	(1.030)
Outros	(18.032)	(1.287)	(18.297)	(6.416)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>122.774</b>	<b>2.155</b>	<b>73.237</b>	<b>-16.290</b>
Aplicação Financeira	91.864	(19.346)	81.216	17.970
Transações com acionistas não controladores	0	0	(5.337)	(55.741)
Imobilizado	(289)	(4.985)	(342)	(5.002)
Intangível	(87)	0	(87)	(3)
Investimentos	(2.214)	(1.564)	(2.213)	(1.564)
Dividendos Recebidos	33.500	28.050	0	28.050
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-133.261</b>	<b>-153.811</b>	<b>-154.151</b>	<b>-176.470</b>
Adições de empréstimos	300.000	660	300.000	660
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(54.379)	(68.918)	(75.269)	(91.577)
Dividendos pagos	(271.743)	(109.697)	(271.743)	(109.697)
Aumento de Capital	0	97.373	0	97.373
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(107.139)	(73.229)	(107.139)	(73.229)
<b>Varição de Caixa e Equivalentes</b>	<b>574</b>	<b>-1.325</b>	<b>481</b>	<b>-2.500</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.609	3.120	4.524	6.135
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>2.183</b>	<b>1.795</b>	<b>5.005</b>	<b>3.635</b>



■ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	2T17	2016
BNDES	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	222.659	231.010
	3,50% a.a.	15/01/24	67.078	72.291
	4,00% a.a.	15/08/18	89	128
	6,00% a.a.	15/11/19	5.569	6.723
	TJLP	15/03/29	1.848	1.918
<b>Debêntures - CTEEP</b>				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	23.871	22.306
Série Única	116% CDI	26/12/18	334.516	334.547
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%aa	15/07/21	157.022	149.447
5ª Emissão - Série única	IPCA + 5,0373%aa	15/02/24	297.675	0
<b>Outros - CTEEP</b>				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	133	154
Arrendamento Mercantil	-	-	219	336
<b>Total Dívida Bruta CTEEP:</b>			<b>1.110.680</b>	<b>818.860</b>
<b>BNDES</b>				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	30.364	32.786
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	32.290	33.965
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	36.007	41.043
	3,50% a.a.	15/04/23	10.563	11.471
SERRA DO JAPI	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	5.768	6.005
	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	33.874	35.577
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	29.272	30.743
<b>Total Dívida Bruta Subsidiária</b>			<b>178.138</b>	<b>191.590</b>
<b>Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)</b>			<b>1.288.818</b>	<b>1.010.450</b>

## ■ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)

Empresa	Fontes	Vencimentos	Total	Participação CTEEP
	ITAÚ BBA	18/03/2025	490.716	250.265
IE MADEIRA 51% ISA CTEEP	BNDES	15/02/2030	1.299.461	662.725
		15/10/2022	144.384	73.636
	BASA	10/10/2032	307.627	156.890
<b>Dívida Bruta</b>			<b>2.242.188</b>	<b>1.143.516</b>
Disponibilidades			146.109	74.516
<b>Dívida Líquida</b>			<b>2.096.079</b>	<b>1.069.000</b>
IENNE 25% ISA CTEEP	BB	03/07/2015	12.432	3.108
	BNB	19/05/2030	187.464	46.866
<b>Dívida Bruta</b>			<b>199.896</b>	<b>49.974</b>
Disponibilidades			611	153
<b>Dívida Líquida</b>			<b>199.285</b>	<b>49.821</b>
IEGARANHUNS 51% ISA CTEEP	BNDES	15/12/2028	207.344	105.745
		15/08/2023	89.808	45.802
		15/12/2028	1.525	778
<b>Dívida Bruta</b>			<b>298.677</b>	<b>152.325</b>
Disponibilidades			47.037	23.989
<b>Dívida Líquida</b>			<b>251.640</b>	<b>128.336</b>
IE SUL 50% ISA CTEEP	BNDES	15/01/2021	5.124	2.562
		15/08/2023	6.056	3.028
		15/08/2028	9.473	4.736
		15/05/2025	4.923	2.461
<b>Dívida Bruta</b>			<b>25.576</b>	<b>12.788</b>
Disponibilidades			1.986	993
<b>Dívida Líquida</b>			<b>23.590</b>	<b>11.795</b>
<b>TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)</b>			<b>2.766.337</b>	<b>1.358.603</b>
<b>TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)</b>			<b>2.570.594</b>	<b>1.258.953</b>

**Anexo VI – Subsidiárias**

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2017/2018 (R\$ milhões)	Vencimento Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	dez/08	17,2	abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	56,4	out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	mar/12	55,6	nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Espirito Santo	nov/08	12,8	jul/25	CTEEP 100%
Itaúnas	Espirito Santo	fev/22	47,2	fev/47	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste**	Tocantins	jan/11	42,9	mar/38	CTEEP 25% / CYMI 25% / Isolux 50%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(***)	18,2	out/38	CTEEP 50% / + 1 ação / CYMI 50%
Paraguaçu	Bahia e Minas Gerais	fev/22	106,6	fev/47	CTEEP 50% / TAESA 50%
Aimorés	Minas Gerais	fev/22	71,4	fev/47	CTEEP 50% / TAESA 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(****)	515,5	fev/39	CTEEP 51% / Furnas 24,5% / Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	dez/15	81,6	dez/41	CTEEP 51% / Chesf 49%

(\*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(\*\*) Em maio de 2017 a Companhia exerceu o direito de preferência na aquisição da totalidade de participação devida pelos sócios (75%). A conclusão da operação e efetiva aquisição estarão sujeitas as aprovações do CADE e ANEEL.

(\*\*\*) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(\*\*\*\*) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 235,8 milhões)

Lote F - As estações Inversora e Retificadora (contrato de concessão no 015/2009) entraram em operação comercial provisória em 12 de maio de 2014. Os ativos desde Contrato de Concessão foram declarados livres de pendências impeditivas próprias em agosto de 2014. Em função da existência de pendências impeditivas decorrentes de outros agentes (relativas a não conclusão dos estudos conjuntos dos integradores no simulador de estudos elétricos do ONS), tem sido aplicado o fator redutor equivalente a 10% da receita associada ao contrato. A operação comercial completa e a emissão pelo ONS do Termo de Liberação Definitivo estão previstos para o final de 2017.

Em 30 de junho de 2017, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Eletrobras, a transferência das participações acionárias da IEMadeira devida pela CHESF e Furnas para Eletrobras Holding. A efetiva transferência das participações acionárias depende de autorização regulatória e ou de agentes financeiros.

**VIII – Balanço Patrimonial Regulatório**

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/201	31/12/16	30/06/201	31/12/16
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.183	1.609	5.004	4.524
Aplicações Financeiras	32.618	124.479	254.925	336.138
Contas a Receber	111.821	72.351	125.794	83.117
Estoques	15.699	14.773	17.626	16.700
Tributos e contribuições a compensar	57.319	8.248	57.624	8.563
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.626	23.518	17.626	23.518
Despesas Antecipadas	24.988	10.104	25.119	10.303
Crédito com controladas	28.290	18.340	28.362	18.041
Outros	46.005	43.807	47.415	46.127
	<b>336.549</b>	<b>317.229</b>	<b>579.495</b>	<b>547.030</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Contas a Receber	0	9.117	0	9.117
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.257.497	1.150.358	1.257.497	1.150.358
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	229.085	0	229.085
Cauções e Depósitos Vinculados	70.401	70.166	70.411	70.175
Outros	1.534	1.570	13.849	13.572
	<b>1.329.432</b>	<b>1.460.296</b>	<b>1.341.757</b>	<b>1.472.307</b>
Investimentos	1.841.388	1.830.195	1.218.324	1.203.699
Imobilizado	6.099.980	5.822.056	6.827.511	6.560.107
Intangível	80.771	82.427	107.580	110.936
	<b>8.022.139</b>	<b>7.734.678</b>	<b>8.153.415</b>	<b>7.874.742</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.688.120</b>	<b>9.512.203</b>	<b>10.074.667</b>	<b>9.894.079</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	30/06/201	31/12/16	30/06/201	31/12/16
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	32.495	32.872	71.040	71.679
Debêntures	200.158	192.368	200.158	192.368
Fornecedor	28.993	39.279	30.467	41.482
Tributos e Encargos sociais a recolher	75.828	28.373	77.502	30.053
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	18.132	17.540	18.132	17.540
Encargos Regulatórios a recolher	25.056	12.598	25.201	12.751
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.705	139.946	14.905	139.946
Provisões	38.228	32.562	39.407	33.610
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.734	5.495	5.734	5.495
Outros	31.682	49.715	34.751	53.049
	<b>459.011</b>	<b>550.748</b>	<b>517.297</b>	<b>597.973</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	265.101	279.689	404.695	432.472
Debêntures	612.927	313.931	612.927	313.931
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	114.838	119.857	114.838	119.857
IR e CS Diferidos	893.678	0	893.678	
Encargos Regulatórios a recolher	33.051	29.374	36.591	32.510
Provisões	140.533	153.035	140.549	153.035
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>2.084.181</b>	<b>919.939</b>	<b>2.227.331</b>	<b>1.075.858</b>
Participação de Acionista não Controlador	0	0	185.112	178.733
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	2.372.437	2.372.437	2.372.437	2.372.437
Reservas de Capital	1.217.583	1.217.583	1.217.583	1.217.583
Reservas de Lucros	1.127.814	1.127.814	1.127.814	1.127.814
Reserva de Reavaliação	2.404.602	3.323.016	2.404.602	3.323.016
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
Lucros/Prejuízos Acumulados	21.826	0	21.826	
	<b>7.144.928</b>	<b>8.041.516</b>	<b>7.144.928</b>	<b>8.041.516</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>9.688.120</b>	<b>9.512.203</b>	<b>10.074.668</b>	<b>9.894.080</b>



■ **Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório**

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>267.994</b>	<b>245.910</b>	<b>9,0%</b>	<b>539.285</b>	<b>483.808</b>	<b>11,5%</b>
Disponibilidade da Rede Elétrica	260.879	238.953	9,2%	524.176	470.506	11,4%
Outras	7.115	6.957	2,3%	15.109	13.302	13,6%
Deduções à Receita Operacional	(40.994)	(34.333)	19,4%	(81.852)	(67.172)	21,9%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>227.000</b>	<b>211.577</b>	<b>7,3%</b>	<b>457.433</b>	<b>416.636</b>	<b>9,8%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(113.045)</b>	<b>(111.911)</b>	<b>1,0%</b>	<b>(237.423)</b>	<b>(231.068)</b>	<b>2,8%</b>
Pessoal	(69.385)	(60.165)	15,3%	(142.481)	(125.277)	13,7%
Material	(2.427)	(2.985)	(18,7%)	(4.709)	(5.991)	(21,4%)
Serviços	(28.281)	(24.722)	14,4%	(50.740)	(46.955)	8,1%
Outros	(12.952)	(24.039)	(46,1%)	(39.492)	(52.845)	(25,3%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>113.955</b>	<b>99.666</b>	<b>14,3%</b>	<b>220.010</b>	<b>185.568</b>	<b>18,6%</b>
Equivalência Patrimonial	16.541	25.274	(34,6%)	54.767	44.990	21,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.661)	(600)	343,5%	(2.611)	(703)	271,4%
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>127.835</b>	<b>124.340</b>	<b>2,8%</b>	<b>272.166</b>	<b>229.855</b>	<b>18,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(30.121)</b>	<b>(30.035)</b>	<b>0,3%</b>	<b>(62.832)</b>	<b>(56.254)</b>	<b>11,7%</b>
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	3.779	11.920	(68,3%)	6.683	21.540	(69,0%)
Resultado de Variação monetária líquida	(8.357)	(9.553)	(12,5%)	(16.117)	(16.161)	(0,3%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(25.874)	(31.388)	(17,6%)	(53.172)	(61.595)	(13,7%)
Outras	331	(1.014)	(132,6%)	(226)	(38)	494,7%
<b>Lucro operacional</b>	<b>97.714</b>	<b>94.305</b>	<b>3,6%</b>	<b>209.334</b>	<b>173.601</b>	<b>20,6%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(28.129)</b>	<b>(24.821)</b>	<b>13,3%</b>	<b>(52.924)</b>	<b>(41.834)</b>	<b>26,5%</b>
Corrente	(24.751)	(27.256)	(9,2%)	(43.770)	(44.551)	(1,8%)
Diferido	(3.378)	2.435	(238,7%)	(9.154)	2.717	(436,9%)
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>69.585</b>	<b>69.484</b>	<b>0,1%</b>	<b>156.410</b>	<b>131.767</b>	<b>18,7%</b>
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	0	0	0
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>69.585</b>	<b>69.484</b>	<b>0,1%</b>	<b>156.410</b>	<b>131.767</b>	<b>18,7%</b>

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Consolidado					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>307.223</b>	<b>281.698</b>	<b>9,1%</b>	<b>618.714</b>	<b>554.101</b>	<b>11,7%</b>
Disponibilidade da Rede Elétrica	301.001	275.850	9,1%	605.278	542.753	11,5%
Outras	6.222	5.848	6,4%	13.436	11.348	18,4%
Deduções à Receita Operacional	(43.959)	(36.621)	20,0%	(87.828)	(71.650)	22,6%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>263.264</b>	<b>245.077</b>	<b>7,4%</b>	<b>530.886</b>	<b>482.451</b>	<b>10,0%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(123.943)</b>	<b>(123.151)</b>	<b>0,6%</b>	<b>(260.584)</b>	<b>(252.458)</b>	<b>3,2%</b>
Pessoal	(71.979)	(62.728)	14,7%	(147.567)	(130.074)	13,4%
Material	(2.495)	(3.088)	(19,2%)	(4.903)	(6.182)	(20,7%)
Serviços	(29.403)	(26.061)	12,8%	(53.090)	(49.157)	8,0%
Outros	(20.066)	(31.274)	(35,8%)	(55.023)	(67.045)	(17,9%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>139.321</b>	<b>121.926</b>	<b>14,3%</b>	<b>270.302</b>	<b>229.993</b>	<b>17,5%</b>
Equivalência Patrimonial	(5.070)	7.187	(170,5%)	12.413	9.259	34,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.661)	(600)	343,5%	(2.668)	(703)	279,5%
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>131.590</b>	<b>128.513</b>	<b>2,4%</b>	<b>280.047</b>	<b>238.549</b>	<b>17,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(26.273)</b>	<b>(28.900)</b>	<b>(9,1%)</b>	<b>(55.536)</b>	<b>(54.055)</b>	<b>2,7%</b>
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	11.324	17.378	(34,8%)	21.635	32.298	(33,0%)
Resultado de Variação monetária líquida	(8.416)	(9.580)	(12,2%)	(16.232)	(15.979)	1,6%
Juros/Encargos sobre empréstimos	(29.474)	(35.638)	(17,3%)	(60.621)	(70.214)	(13,7%)
Outras	293	(1.060)	(127,6%)	(318)	(160)	98,8%
<b>Lucro operacional</b>	<b>105.317</b>	<b>99.613</b>	<b>5,7%</b>	<b>224.511</b>	<b>184.494</b>	<b>21,7%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(29.865)</b>	<b>(26.509)</b>	<b>12,7%</b>	<b>(56.386)</b>	<b>(45.279)</b>	<b>24,5%</b>
Corrente	(26.487)	(28.944)	(8,5%)	(47.232)	(47.996)	(1,6%)
Diferido	(3.378)	2.435	(238,7%)	(9.154)	2.717	(436,9%)
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>75.452</b>	<b>73.104</b>	<b>3,2%</b>	<b>168.125</b>	<b>139.215</b>	<b>20,8%</b>
Participação do Acionista não Controlador	(5.867)	(3.620)	100,0%	(11.715)	(7.448)	0,0%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>69.585</b>	<b>69.484</b>	<b>0,1%</b>	<b>156.410</b>	<b>131.767</b>	<b>18,7%</b>

**Anexo X – Fluxo de Caixa Indireto – Regulatório**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	1S17	1S17
Caixa Líquido Atividades Operacionais	131.356	205.880
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>170.061</b>	<b>248.065</b>
Lucro Líquido	156.410	168.125
Depreciações e amortizações	20.420	34.753
Tributos diferidos	9.154	9.154
Provisão para contingências	(22.660)	(22.656)
Valor residual de ativo permanente baixado	2.376	4.417
Amortização de ágio	19	19
Amortização de ágio Evrecy	1.194	1.194
Resultado de equivalência patrimonial	(54.767)	(12.413)
Reversão da perda em controlada em conjunto	(1.110)	(1.110)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	59.024	66.581
<b>Variações nos Ativos</b>	<b>-81.132</b>	<b>-84.036</b>
Concessionárias e Permissionárias	(30.353)	(33.560)
Almoxarifado Operacional	(926)	(926)
Tributos Compensáveis	(40.017)	(40.007)
Cauções e depósitos vinculados	1.622	1.621
Despesas antecipadas	(14.884)	(14.819)
Serviços em curso	876	1.421
Crédito com controladas	2.432	2.060
Outros	118	174
<b>Variações nos Passivos</b>	<b>42.428</b>	<b>41.852</b>
Fornecedores	(10.286)	(11.014)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.492	38.486
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	(8.950)	(8.950)
Encargos regulatórios	15.951	16.242
Provisões	5.666	5.797
Valores a Pagar Funcesp	239	239
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	19.348	19.348
Outros	(18.032)	(18.296)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>2.479</b>	<b>-51.248</b>
Transações com acionistas não controladores	0	(5.337)
Compras de imobilizado	(120.668)	(124.910)
Aplicações financeiras	91.861	81.213
Investimento	(2.214)	(2.214)
Dividendos recebidos	33.500	0
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-133.261</b>	<b>-154.152</b>
Adições Empréstimos	300.000	300.000
Pagamentos Empréstimos (principal)	(15.953)	(29.201)
Pagamentos Empréstimos (juros)	(38.426)	(46.068)
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	(107.139)	(107.139)
Dividendos Pagos	(271.743)	(271.743)
<b>Varição de Caixa e Equivalentes</b>	<b>574</b>	<b>480</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.609	4.524
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>2.183</b>	<b>5.005</b>

■ Anexo XI – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% ISA CTEEP)

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Receita Operacional Bruta	89,7	122,7	-26,9%	226,1	238,5	-5,2%
Deduções à receita operacional	(11,8)	(15,7)	-25,0%	(29,6)	(30,4)	-2,6%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>78,0</b>	<b>107,0</b>	<b>-27,2%</b>	<b>196,4</b>	<b>208,1</b>	<b>-5,6%</b>
Custos dos serviços de operação	(10,1)	(6,2)	63,3%	(20,9)	(13,9)	50,9%
Depreciação	(34,3)	(34,5)	-0,6%	(68,5)	(68,6)	-0,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>33,6</b>	<b>66,4</b>	<b>-49,4%</b>	<b>107,0</b>	<b>125,6</b>	<b>-14,8%</b>
Resultado Financeiro	(45,0)	(50,9)	-11,6%	(89,0)	(108,0)	-17,6%
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>(11,4)</b>	<b>15,4</b>	<b>-173,9%</b>	<b>18,0</b>	<b>17,6</b>	<b>2,3%</b>
IR & CSLL*	(8,9)	(4,8)	-	(14,3)	(4,4)	-
<b>Lucro líquido</b>	<b>(20,4)</b>	<b>10,6</b>	<b>-291,4%</b>	<b>3,7</b>	<b>13,2</b>	<b>-71,7%</b>
<b>Participação CTEEP</b>	<b>(10,4)</b>	<b>5,4</b>	<b>-291,4%</b>	<b>1,9</b>	<b>6,7</b>	<b>-71,7%</b>

(\*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS					
	2T17	2T16	Δ%	1S17	1S16	Δ%
Receita Operacional Bruta	27,7	25,7	8%	55,0	49,9	10%
Deduções à receita operacional	(3,6)	(3,2)	12%	(7,2)	(6,3)	14%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>24,1</b>	<b>22,4</b>	<b>7%</b>	<b>47,8</b>	<b>43,6</b>	<b>10%</b>
Custos dos serviços de operação	(2,5)	(1,7)	48%	(4,3)	(3,0)	47%
Depreciação	(6,2)	(5,9)	5%	(12,3)	(13,7)	-11%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>15,4</b>	<b>14,9</b>	<b>4%</b>	<b>31,2</b>	<b>26,9</b>	<b>16%</b>
Outras receitas/despesas	(1,1)	(0,9)	18%	(1,8)	(2,0)	-12%
Resultado Financeiro	(4,2)	(6,3)	-34%	(9,6)	(12,4)	-22%
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>10,1</b>	<b>7,6</b>	<b>34%</b>	<b>19,8</b>	<b>12,5</b>	<b>58%</b>
IR & CSLL*	0,4	(1,8)	-123%	1,2	(3,5)	-135%
<b>Lucro líquido</b>	<b>10,6</b>	<b>5,8</b>	<b>83%</b>	<b>21,0</b>	<b>9,0</b>	<b>133%</b>
<b>Participação CTEEP</b>	<b>5,4</b>	<b>2,9</b>	<b>83%</b>	<b>10,7</b>	<b>4,6</b>	<b>133%</b>

(\*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.